

Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB

Fortalecendo o Sindicalismo com Consciência de Classe Por uma Fasubra Unitária Classista de Luta

“Não atuar dentro dos sindicatos reacionários significa abandonar as massas operárias insuficientemente desenvolvidas ou atrasadas à influência dos líderes reacionários, dos agentes da burguesia, dos operários aristocratas ou 'operários aburguesados'. (Vladimir Lênin - Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo)

Aos trabalhadores e trabalhadoras das Instituições de Ensino Superior

Nos, da Tese **“Por Uma Fasubra Unitária, Classista e de Luta”**, que atuamos na oposição em varias entidades de Base e Direção em outras entidades de base da Fasubra Sindical, sejam elas Estaduais ou Federais, contamos com 3 (Três) diretores eleitos no últimos Confasubra, apresentamos nesta tese nossas idéias sobre diversos pontos e esperamos estar contribuindo na organização de uma entidade plural nas idéias e firme na sua atuação, com justeza em suas deliberações, para que sejamos vitoriosos em todas as ações que forem deliberadas nas instancias democráticas de debates desta federação.

Esta pequena contribuição é fruto de acúmulos e algumas reflexões que ousamos apresentar para que sejam incorporadas nos debates que se darão nas diversas assembleias de base para escolha de delegados ao XXI Confasubra, que ocorreram pelo Brasil afora. Este debate não pode ser apenas para escolhermos os delegados de um agrupamento ou outro, mas tem que ser acima de tudo um momento de unidade para construção de uma campanha salarial, com o conjunto dos trabalhadores dos serviços públicos e um espaço de valorização e defesa dos serviços e do trabalhador dos serviços

publico de nosso país, em especial, nas universidades publicas que constitui o espaço de construção do saber, capaz de transformar pensamentos e ideologias para um mundo mais fraterno justo e igualitário para todos.

Não disponibilizamos aqui nossas idéias sobre todos os temas, pois, acreditamos que grandes partes destas questões já estão sendo debatidas e já tem elaboração unitária que podemos, conjuntamente, apresentar como resolução deste XXI Confasubra e, outros que acreditamos que podem ser discutidos diretamente no congresso, como é o caso da avaliação da Direção ou da Gestão, seus erros e acertos.

O fundamental é que questões como Meio Ambiente e a política Educacional e o apontamento de táticas e estratégicas para a conquistarmos vitórias em embates futuros, deverão ser discutidos no Congresso, de forma unitária, sem necessitarmos depreciar um companheiro ou companheira tentando diminuí-los só por uma opção política partidária.

Acreditamos que todos nos, trabalhadores técnico-administrativos, somos bons e temos táticas diferentes para alcançar os objetivos da nossa categoria.

Estaremos em mais um Confasubra na disputa de idéias e na construção de uma Fasubra unitária e de luta que traga conquistas para a categoria, nas ações, respeitando seus companheiros e não os vendo apenas como adversário.

Contamos com seu voto em nossa tese, pois o objetivo dos militantes Classistas que atuam na Central de Trabalhadores e Trabalhadores do Brasil – CTB e amigos e independente que assinam esta tese é a categoria de técnico-administrativo em primeiro lugar independente de governo, sem bravatas e com respeito a todos técnico-administrativos em Educação do Brasil.

Bom Congresso a todos (as)

Militantes Classistas da Universidade Publicas do Brasil

Conjuntura Internacional

Estamos vivenciando o 3ª ano da crise estrutural do capitalismo, crise esta iniciada no epicentro dos condutores da política neoliberal, os Estados Unidos e alastrado para o mundo globalizado, atingindo com mais ênfase os países que se julgavam sólidos e avançados na Europa, demonstrando o lado mais cruel e destrutivo, cruel e impiedoso do capitalismo, aprofundando o desemprego e a fome em todo mundo, para tentar manter os mesmo rendimentos dos detentores do Capital.

A crise do capital

Um relatório elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelou que o número de desempregados em todo mundo chega a 200 milhões, o maior índice já registrado durante o atual momento da crise do capitalismo que teve início em 2008. E, se a economia continuar a desacelerar, o número poderá ser ainda maior este ano nos países do G20.

Segundo Juan Somavía, diretor-geral da OIT, "devemos atuar agora para reverter a desaceleração no crescimento do emprego e resistir à perda de postos de trabalho. É absolutamente indispensável dar prioridade ao trabalho decente e investir na economia real".

A crise que eclodiu em 2007-08 é a terceira grande crise do capitalismo (1873, 1929 e a atual) e continua regendo a dinâmica econômica, financeira, social e política do mundo, vem se desdobrando e atingiu sua segunda fase aguda em agosto de 2011. Não se trata, portanto, de uma nova crise, mas a continuidade da terceira grande crise do capitalismo em um mundo em transição, acelerando este processo porque o centro do sistema atual é o mais profundamente atingido.

Esta crise acelera o já constatado declínio progressivo e relativo da hegemonia do imperialismo dos Estados Unidos, enquanto cresce o papel da República Popular da China – país socialista – pela pujança da sua economia (o 2º. maior PIB do mundo: 5 trilhões e 700 bilhões de dólares, acima do Japão) e sua ascendente influência no mundo.

Embora também sofra os efeitos danosos da crise, a chamada periferia do sistema capitalista – notadamente, Índia, Rússia, Brasil, África do Sul e a já citada China – a enfrenta com resultados favoráveis ao crescimento econômico. Destaca-se que na América Latina se mantém e até se amplia o leque de países governados por lideranças e blocos de forças que lutam pelo desenvolvimento soberano e democrático.

Apesar do declínio da supremacia unipolar dos EUA, acelerado pela crise e de se vislumbrar um mundo mais equilibrado, multipolar, a tendência deste curso econômico atual tem que ser visto numa dimensão histórica e na justa compreensão da natureza do imperialismo. Vivemos um cenário internacional contaminado pela instabilidade, ameaças e pelo risco de grandes perigos.

As guerras de ocupação do Afeganistão, do Iraque, a intervenção ostensiva da OTAN na Líbia, com o cruel assassinado de seu presidente, sem nenhum julgamento, as sanções e as ameaças de intervenção contra a Síria, sob a falsa defesa da democracia e dos direitos humanos, demonstram que os EUA poderão recorrer cada vez mais às armas, visto que, ostenta de longe, a condição de maior potência bélica. Ainda é sua condição absoluta, lembrando também que a saída desta grande crise do capital em outros momentos de nossa história, foi a guerra.

O que caracteriza essa segunda fase aguda da crise é a elevada dívida pública dos Estados Unidos e dos países da União Europeia que, para salvar grandes bancos e grandes monopólios, despejaram

trilhões de dólares nessa operação salvamento. A volumosa dívida privada foi estatizada, “socializada”. Esses imensos recursos não produziram nenhum efeito na retomada do desenvolvimento econômico e do crescimento do emprego.

Prevalece a desaceleração da economia do centro capitalista, com estagnação e risco de recessão global; onda sucessiva de inadimplências; instabilidade e enfraquecimento do dólar; guerra cambial e protecionismo econômico; desemprego crescente e aumento desenfreado da exploração sobre os trabalhadores.

Ultraliberais continuam ocupando espaço importante no comando

Os ultraliberais responsáveis pela crise continuam à frente do comando político de grandes potências. Para nossa compreensão da situação atual, a concepção marxista nos explica que as crises do capitalismo fazem parte dos ciclos do capital e, independentemente de suas intensidades, o capitalismo não se destrói por si mesmo. Se não for confrontado por alternativas distintas, que inaugurem um novo ciclo político e econômico, que levem a rupturas do sistema, ele encontra sempre saídas, embora provocando maiores desastres econômicos, sociais e políticos, para prosseguir com seu processo de expansão

O neoliberalismo, embora desmoralizado pelo fracasso, recrudescer no centro capitalista. A lógica de Wall Street, isto é, do rentismo, permanece hegemônica. As promessas de alguma regulação do sistema financeiro não passaram de procedimentos cosméticos, não interferindo na mudança da sua natureza. Os ultraliberais responsáveis pela crise continuam à frente do comando político de grandes potências. Nos EUA, Obama se curvou à onda neoconservadora, e os setores mais reacionários do país, ganham

força. Exigem mais absolutismo do mercado. Do outro lado do Atlântico, no Velho Mundo, a direita domina o cenário político, inclusive com o inchaço de bolsões neonazistas.

Essa hegemonia condiciona fortemente as tendências, os desdobramentos e possíveis cenários decorrentes do atual quadro. Embora na Europa e, no Oriente Médio, haja descontentamento e revoltas sociais, como o ocorrido recentemente na Grécia, Portugal e outros, o que prevalece até o momento é a ausência de uma alternativa política condutora do campo patriótico, democrático e progressista. Só forças políticas novas, orientadas por concepções e projetos alternativos aos paradigmas neoliberais, podem enfrentar, romper e superar a lógica liberal reinante.

Neste contexto do aprofundamento da grande crise estamos em face de embates de grande envergadura. Em síntese, as grandes potências tentam lançar o ônus da crise sobre os ombros dos trabalhadores e buscam aumentar o saque sobre os demais países.

America na resistência

Na America Latina surgem governos democráticos que, com suas ações sociais, minimizam os sofrimentos de anos de aplicação do projeto neoliberal em quase todo continente e, com ações unitárias entre Governos com viés progressista, estão conseguindo paulatinamente aplicar alternativas para população. Um exemplo desta busca de alternativas pelos sindicalistas destes países que atuam no campo classista é a 4ª edição do Encontro Sindical Nossa America, realizado na Manágua capital da Nicarágua que contou com

a presença de 134 organizações vindo de 27 países, inclusive o Brasil.

Na America, na década de 1990, durante o auge dos governos neoliberais que, sob a batuta de Consenso de Washington, visualizavam uma America totalmente dependente e um sindicalismo em decadência. Hoje, diante das ofensivas das forças progressistas, podemos visualizar uma America que ousa desafiar este campo conservador e se prepara para ajudar países na reconstrução unitária e patriota, com viés classista e progressista. Os levantes de jovens em todo mundo, em especial no Chile, na França, Grécia, Portugal e outro inclusive no Brasil, demonstra que estamos vivenciando um momento rico e com boas perspectivas de avanços em governos progressistas e vanguardistas.

No plano político importantes instrumentos que visavam uma melhor integração na America foram construídos, como por exemplo: a ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas), a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas), e a recém criada CELAC (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos). Para nós da CTB, esta integração que vem sendo construída por governos progressistas na região, pode servir como exemplos para os antiimperialistas no mundo todo e nos faz lembrar de uma frase do secretario geral da Central de Trabalhadores de Cuba – CTC, Salvador Valdes “ a unidade é um elemento que sustenta as possibilidades de nossa atuação, a partir de uma verdadeira integração.[...] O inimigo é o mesmo: o sistema capitalista, que não faz distinção quando trata de impor seus interesses”

È obvio que ainda há muito o que fazer, **mas nós da CTB acreditamos sempre na unidade da classe trabalhadora, independente de governos.** O momento exige mais audácia política das forças de esquerda para impulsionar os governos no rumo

de maior independência, em conjunto com as nações da chamada periferia do sistema, como é caso do Brasil. No entanto, sabemos que o Brasil não é uma ilha e que a crise rebate em nossa economia.

Desta forma, a CTB defende que a Fasubra amplie os contatos com organizações sindicais da Europa e com o sindicalismo mais progressista da América, com isto fará com que a luta internacionalista permaneça em constante evolução, de modo a contribuir com um sindicalismo que desenvolva a unidade, a solidariedade e a luta dos trabalhadores de todo o mundo.

CONJUNTURA NACIONAL

Iniciando o segundo ano de seu mandato, o governo Dilma, demonstrou que tem problemas, exigindo de nós sindicalistas, conscientes e vanguardistas, posições e reflexões maduras e conseqüentes, que ajudem a nortear nossa base e não cair em discurso fáceis, próprio da direita raivosa e derrotada três vezes. Um dos maiores problemas deste governo esta na área econômica. A presidenta Dilma manteve a política conservadora da política econômica.

A questão eleita como central é a ameaça inflacionária. O grande responsável pela inflação no Brasil não é o aumento do poder de compra do povão e classe média. E sim, o retalhamento da oferta expressado na baixa taxa de investimentos em comparação ao PIB, ação essa que se encontra a serviço da política monetária e seus agentes, colocando em risco o futuro da indústria nacional e achatamento dos salários em curso em prol do enriquecimento dos que vivem da exploração dos juros altos e de rendimentos, agentes

de fundos de pensão e banqueiros em detrimento dos setores produtivos.

Na essência, o que vem acontecendo é a transformação do combate à inflação em ideologia oficial de Estado, na naturalização do pagamento dos juros da dívida externa e a cristalização de um hegemonismo "social-monetarista".

Esta política conservadora e neoliberal vem desde o governo Lula, que seguiu a de seu antecessor FHC. Em média, no período de 2003 a 2010, 30% do orçamento da União foi repassado diretamente para o sistema financeiro, sendo que de 2009 para 2010 esse montante aumentou em 14,25%, segundo dados preliminares em 2011 o mesmo foi três vezes maior e em 2012 com os corte anunciando de R\$ 55 bilhões do Orçamento Federal para "engordar os especuladores com um superávit primário de R\$ 140 bilhões".

O montante é superior ao contingenciamento inicial de R\$ 50 bilhões anunciado no ano passado. O valor também supera os R\$ 32 bilhões em despesas adicionadas pelo Congresso Nacional – em relação aos valores propostos inicialmente pelo governo federal.

Os cortes abrangem R\$ 5,473 bilhões da Saúde; R\$ 3,322 bilhões do Ministério das Cidades, R\$ 3,319 bilhões da Defesa; R\$ 2,193 bilhões da Integração Nacional; R\$ 1,976 bilhão dos Transportes; R\$ 1,958 bilhão da Agricultura; R\$ 1,938 bilhão da Educação; R\$ 1.194 bilhão do Desenvolvimento Agrário; R\$ 493 milhões da Previdência Social - além de R\$ 7,7 bilhões em benefícios previdenciários; R\$ 1,543 bilhões da Assistência Social, toda a verba do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, todo o complemento do governo federal ao FGTS (R\$ 2,957 bilhões), e mais R\$ 5,158 bilhões (isto é, 50%) dos subsídios do governo federal

Por praticar a mais alta taxa básica de juros reais do mundo, o país arca com uma despesa financeira absurda, que se tornou essencial à valorização do capital que rende juros e tem um impacto extremamente negativo para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Contudo, o que mais provoca indignação na proposição do contingenciamento dos recursos da saúde é a verificação de que a LOA 2012 prevê destinar R\$ 655 bilhões ou 30% do orçamento federal de 2012 é destinado ao refinanciamento e ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública, mais de nove vezes valor previsto para a saúde. A saúde, mais que os ganhos financeiros do pequeno e privilegiado setor rentista da sociedade, deveria ser prioridade governamental.

A despesa com juros, que beneficia apenas algumas dezenas de famílias mais ricas, será superior ao que o governo vai gastar com aposentadorias e pensões dos milhões de segurados do INSS. E, ainda assim, os diversos segmentos interessados na continuidade ficam a repetir que são exatamente os gastos sociais - dentre eles a previdência - e não os encargos financeiros, que representam obstáculos ao crescimento econômico e ao modelo de estabilidade econômica.

O efeito desse processo, que reserva a maior parte dos gastos públicos para a remuneração do capital financeiro, torna inócuo o efeito distributivo das políticas sociais, por mais que se amplie as despesas com os benefícios da bolsa família, por exemplo.

Assim, num cenário ainda fortemente influenciado pela crise no antigo 1º Mundo e pela estagnação do PIB, a perseverança do governo numa política fiscal conservadora e restritiva não é uma boa notícia para quem aposta no crescimento da produção e do emprego, assim como na melhoria dos serviços públicos. O contrassenso é

maior quando se analisa a situação relativamente confortável das contas públicas nacionais.

Já a produção industrial permanece estagnada. Desde o agravamento da crise financeira global, ocorrida em setembro de 2008, os setores da indústria vêm sendo negativamente afetados pela retração da demanda mundial, especialmente no que diz respeito aos produtos manufaturados, cuja demanda é mais dependente dos países desenvolvidos.

Com relação ao mercado de trabalho, os dados ainda apresentam um bom dinamismo deste setor, mesmo em face da desaceleração econômica em curso. No entanto, já se podem observar alguns indícios de que o mercado de trabalho começa a adentrar um período de maior acomodação. Segundo o IBGE, com relação a evolução dos postos de trabalho em janeiro de 2012, a taxa de desemprego é 5,5% para o mês de janeiro se comparado com Janeiro desde 2002. Mesmo com essa redução, a taxa de desemprego ainda é muito grande em nosso país.

A classe trabalhadora espera do governo Dilma uma atitude mais ousada, de enfrentamento aos interesses do capital. Dilma teve o apoio da classe trabalhadora ao prometer mudanças macroeconômicas, mas até agora seu governo nada fez neste sentido. A postura da CTB será bastante crítica enquanto tal quadro não se alterar, mas entendemos que ainda há tempo para resgatar esse projeto de nação, com um projeto de desenvolvimento econômico e social voltado para a valorização do trabalho.

Um projeto de desenvolvimento econômico e social, voltado para a valorização do trabalho, exige que se busque a melhoria da produtividade das pessoas pobres. Medidas que aumentem o patrimônio dessa parcela da sociedade. É preciso reforma agrária e urbana, é preciso acesso a crédito rápido e subsidiado para que

possam empreender. Mas, principalmente, é preciso que se aumente o retorno que elas obtêm do seu principal patrimônio que é a sua força de trabalho. Sem alterar a capacitação, a produtividade e a remuneração do trabalho não se constrói a mudança de qualidade necessária ao desenvolvimento.

Um projeto dessa natureza, somente enfocando as medidas necessárias no âmbito do trabalho, precisaria abordar, pelo menos:

- políticas de pleno emprego, privilegiando não somente os setores com uso intensivo de mão-de-obra, como construção civil, mas também os associados à expansão da infra-estrutura;
- valorização do emprego, como forma prioritária das relações de ocupação da mão-de-obra e como instrumento referencial de regulação das relações de trabalho;
- combate à informalidade, com intensificação da fiscalização e introdução de medidas que beneficiem as empresas que demonstrem estar em via com as suas obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- valorização dos salários, a partir de uma política permanente de concessão de reajustes reais para o salário mínimo, vinculado à expansão da economia e à incorporação dos ganhos de produtividade do trabalho ao valor do salário mínimo;
- redução da jornada de trabalho, sem prejuízo para os salários, com a destinação de parcela da jornada para formação educacional e profissional;
- políticas para ampliar o acesso dos mais diversos segmentos do trabalho informal e por conta própria ao sistema previdenciário, especialmente os de baixa renda

e os sem renda própria que se dedicam exclusivamente ao trabalho no âmbito de sua residência; e

- implementar medidas voltadas para ampliar e fortalecer a consciência de classe, a organização, a representação sindical, as CIPAs, a representação por local de trabalho, com a punição dos inúmeros atos anti-sindicais praticados pelas empresas.

A CTB continuara com sua postura independente, mas na expectativa de que os rumos podem ser corrigidos, para ao bem do povo Brasileiro. Por isto a CTB acredita na unidade das forças progressista para derrotar este viés neoliberal de um governo eleito pela população mais necessitada e oprimida pelo sistema

E como tática de unidade com as Centrais rerepresentamos os eixos do manifesto do Encontro da Classe trabalhador que seja aprovado para que a Fasubra também se incorpore nesta luta, pois o manifesto prima Pelo desenvolvimento com soberania, democracia e valorização do trabalho e se as propostas da Agenda da Classe Trabalhadora das 6 Centrais Sindicais em conformidade com a lei e estão organizadas em seis grandes eixos, a saber:

1. Crescimento com distribuição de renda e fortalecimento do mercado interno;
2. Valorização do trabalho decente com igualdade e inclusão social;
3. Estado como indutor do desenvolvimento socioeconômico e ambiental;
4. Democracia com efetiva participação popular;
5. Soberania e integração internacional; e
6. Direitos Sindicais e Negociação Coletiva.

CARREIRA

A HISTÓRICA LUTA PELA CARREIRA

Em 1994, no CONFASUBRA, Instância máxima de deliberação da categoria, foi aprovada a estrutura do Plano de Carreira dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Educação das IFE. Este plano passa a ser o nosso marco de luta por dignidade e identidade profissional.

Ao longo de dez anos de luta, este plano passou por várias elaborações, tendo como parâmetro o projeto original de 1994. Como estratégia de luta pela carreira, fizemos várias greves pela rehierarquização como um passo rumo à Carreira. Em 2001 construímos, em conjunto com SINASEFE, MEC e ANDIFES, o PCU, que avançava para a concepção original da carreira ao estabelecer o conceito de "Cargo Único".

Assim, como no PCU de 2001, que se aprovado como estava nos colocaria diante da luta por elementos do projeto original da carreira de 1994, fundamentalmente o Plano de Desenvolvimento de Pessoal, com a progressão funcional e com os seus programas de capacitação e de avaliação.

1. A CARREIRA CONQUISTADA

O atual Plano de Carreira, Lei 11091/05, não apresenta o elemento conceitual do "Cargo Único" e deixa de fora do seu modelo de desenvolvimento a figura da Progressão Funcional - elemento de trânsito entre as classes, dentro do cargo. Porém, esta Lei tem em seu conteúdo o mérito de estabelecer uma carreira (que não é o PCU

e nem o projeto original), para os Trabalhadores Técnico-administrativos em Educação, propiciando a retomada de nossa luta pela formação de nossa identidade funcional. Estabelece, ainda, os conceitos que definem a incorporação dos elementos estruturantes de nosso projeto original, a carreira de 1994.

2. FUNDAMENTOS DO PROJETO DE CRIAÇÃO DA CARREIRA

A FASUBRA tem uma visão da Universidade que defende, construída ao longo de sua história, transformada no Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores, baseado em um projeto de sociedade. Não é esta a Universidade e nem o modelo de sociedade que temos hoje. Nossa visão de carreira foi formulada para a Universidade em construção em um Estado em transformação.

Para isso, a Carreira é um dos importantes instrumentos de gestão e mudança cultural da própria Universidade. Nela são criadas e absorvidas as inovações tecnológicas, de informação e de comunicação. Essa mudança no modo como o conhecimento é desenvolvido, adquirido e transmitido, são uma constante, levando à necessidade de se construir um processo de formação contínua referendada na reflexão *sobre* e na *ação* do técnico-administrativo em educação, conseqüentemente nenhum Plano de Carreira deverá ser estanque, mas, sim, em constante atualização. ..."*Estas perspectivas são conciliadas pela carreira dentro de um contexto de constante ajuste, desenvolvimento e mudança*". (London e Stumph .1982)

Com esta visão foi criada a Comissão Nacional de Supervisão do Plano de Carreira conforme artigo 22 da Lei 11.091/05, previsto no projeto original de Carreira da Fasubra, sendo mais um dos grandes saltos, rumo ao nosso projeto, conquistados na greve de 2004, para acompanhar a implementação e propor alterações no Plano de

Carreira, entre outros, bem como a criação de Comissões Internas de Supervisão.

3. APRIMORAMENTO DA CARREIRA

A necessidade do aprimoramento da carreira se dá não apenas em função de correções de distorções ocorridas com a sua implantação, dada as diversidades existentes entre as IFES. Estas distorções devem ser corrigidas para que possa existir, de fato, uma isonomia de tratamento entre os segmentos que compõem a categoria de técnico-administrativos em educação.

O aprimoramento, cotidiano, da carreira é de fundamental importância para a categoria, tendo em vista as mudanças no mundo do trabalho em decorrência de novos métodos e técnicas de trabalho, bem como a rápida evolução tecnológica. Com esta visão foi criada a Comissão Nacional de Supervisão da Carreira, como instrumento do aprimoramento deste patrimônio, que hoje representa uma etapa rumo a Carreira para a nossa categoria.

A criação das Comissões Internas de Supervisão e Fiscalização da Carreira em cada IFE é parceria fundamental neste processo. A CIS é o instrumento que permite o conhecimento das diversidades de realidades entre as instituições, cabendo a ela socialização destas, bem como a elaboração de propostas para sua superação.

1. PROBLEMAS FORAM IDENTIFICADOS

Evidentemente, todo projeto quando vai para a prática, necessita de correções de rota dado ao "choque" de realidade. Esta etapa, presente em todo processo de implantação de projetos, foi

identificado com a implantação do PCCTAE em 2005. Entendemos que a luta pelo aprimoramento da carreira é permanente.

Já temos identificados alguns problemas que já fazem parte da mesa de negociação desde 2007 que necessitam ser aprimorados:

- I.** Resolução do VBC
- II.** Reestruturação da tabela;
- III.** Racionalização dos Cargos;
- IV.** Atualização dos percentuais do incentivo à titulação;
- V.** Aumento dos Níveis de Capacitação;
- VI.** Aumento do número de padrões de vencimento;

Organização e estrutura sindical

A CTB teve a honra de participar desta coordenação nesta gestão. Elaborou, organizou debate, mas o tema tem dificuldade de deslanchar, embora esteja na ordem do dia, as forças políticas que hoje se organiza na Fasubra Sindical, não apresentam propostas, por isto, ousamos apresentar as nossa propostas construídas com outras centrais que se propuseram a debater e construir o que for melhor para o conjunto dos trabalhadores dos serviços públicos, pois não queremos que o congresso nacional empurre goela baixo como estão fazendo sempre.

Para isto, elencamos eixos e diretrizes que nortearam as propostas nos municípios, estados e da União, pois acreditamos na capacidade de elaboração e defendemos a autonomia de cada esfera de governo e poder e não queremos construir algo sem debater amplamente com todos os setores, por isto somos democrática e classista, confirmam.

I - DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL NO SETOR PÚBLICO

Diretriz 1: – A condição de servidor público da Administração Pública direta, autárquica ou fundacional e do Ministério público de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios compõe a expressão social compreendida como categorias de servidores públicos.

Diretriz 2. As categorias de servidores públicos, que desempenhe a mesma atividade ou atividades similares ou finalística, ou diferenciada, definida em lei, poderá se organizar em sindicatos, respeitada as entidades já existentes com registros e/ou em processo de legalização.

Diretriz 4: É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria de servidores públicos, na mesma base territorial, que será definida pelos servidores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município

Diretriz 5: É facultado aos Sindicatos de servidores públicos, considerada a solidariedade de interesses, quando em número não inferior a 5 (cinco) organizarem-se em federação.

Diretriz 6: Respeitadas as confederações já existentes, no plano confederativo dos servidores públicos, a confederação será de âmbito nacional e sua estrutura será definida pela sua base de representação.

Diretriz 7 - A Confederação Nacional terá representação nas cinco regiões do País, junto a todas as esferas de governo e no âmbito dos três poderes da União e do Ministério Público.

Diretriz 8: A função das entidades de grau superior é de coordenar os interesses das suas filiadas.

Diretriz 9 - Fica criado, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, o Conselho Nacional de Relações de Trabalho do Setor Público, de composição bipartite, com funções consultivas e de orientação com relação a diretrizes da organização sindical e ações governamentais no âmbito das relações de trabalho do setor público.

II - AFASTAMENTO DE DIRIGENTES SINDICAIS

Diretriz 10: A liberação de dirigentes para entidade sindical deverá considerar proporcionalidade, com a base representada e as prerrogativas de afastamento de dirigentes sindicais se aplicam às entidades sindicais de primeiro grau, grau superior e centrais sindicais.

Diretriz 11: .Fica assegurada a liberação mínima de três dirigentes para entidade sindical, respeitando legislação de cada Ente federativo que garanta numero maior de dirigentes de liberados.

Diretriz 12: Ao dirigente sindical liberado para exercer mandato classista serão assegurados todos os direitos, garantias e vantagens pessoais.

Diretriz 13: . É garantida a inamovibilidade do dirigente sindical até um ano após o termino do mandato, salvo por solicitação do servidor.

Diretriz 14: .O ônus de afastamento de servidores para desempenho de mandato sindical será de responsabilidade do órgão ou ente com o qual o servidor tenha vínculo.

III - NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Diretriz 15: O diálogo social e o fortalecimento das negociações coletivas serão garantidas, no âmbito da administração pública, como dever do Estado e direito dos servidores no setor público.

Diretriz 16: Será assegurada revisão geral anual dos subsídios, vencimentos, proventos, pensões e salários sempre na mesma data.

Diretriz 17: A negociação coletiva poderá ser provocada por qualquer uma das partes interessadas, para tratar de questões gerais, específicas ou setoriais.

Diretriz 18: É prerrogativa das partes a instauração da negociação coletiva.

Diretriz 19: Devem ser assegurados mecanismos e procedimentos de negociação na base de representação das entidades sindicais que integrem o processo negocial, no âmbito da Administração Pública, observadas as especificidades dos órgãos e carreiras no serviço público.

Diretriz 20: A negociação coletiva, mediante pauta estabelecida entre as partes, se dará por meio de sistema permanente de negociação entre a Administração Pública e as entidades sindicais, formalmente constituídas e com regimento próprio, que será decidido pelas partes.

Diretriz 21: Integram a negociação coletiva – da parte dos servidores públicos - as entidades sindicais com personalidade sindical reconhecida por meio da obtenção de registro sindical no Ministério do Trabalho e Emprego e com dados atualizados perante aquele órgão; e da parte da administração pública - os representantes de cada poder ou esfera de governo.

Diretriz 22: As partes serão obrigadas a negociar, mas não a chegar a um acordo.

Diretriz 23: As entidades sindicais estabelecerão a pauta de negociação, que deverá ser aprovada por assembleia da categoria representada, em que deverá ser convocada toda a categoria.

Diretriz 24: A assinatura de acordo dependerá da anuência da categoria, discutida em assembléia geral, em que deverá ser convocada toda a categoria.

Diretriz 25: É obrigatória a participação dos atores coletivos na negociação coletiva sempre que convocada pela outra parte, devendo ser observado o princípio da boa-fé objetiva.

Diretriz 26. As negociações coletivas devem ser pautadas pelos princípios da boa-fé, do reconhecimento das partes e do respeito mútuo.

Diretriz 27: - Consideram-se condutas de boa-fé objetiva, entre outros:

I – participar da negociação coletiva quando regularmente requerida, salvo justificativa razoável;

II – formular e responder as propostas e contrapropostas que visem a promover o diálogo entre os atores coletivos;

III – prestar informações, definidas de comum acordo, no prazo e com o detalhamento necessário à negociação de forma leal e com honestidade;

IV – preservar o sigilo das informações recebidas com esse caráter;

V – obter autorização da assembleia de representados para propor negociação coletiva, celebrar acordo coletivo de trabalho e provocar a atuação da Justiça competente, ou de mediação do MTE para solução do conflito coletivo de interesses.

VI – cumprir o acordado na mesa de negociação

Diretriz 28: A violação à conduta de boa-fé configura prática antissindical.

Diretriz 29: No caso de inexistência de sindicato, caberá à federação representar a categoria na negociação coletiva. Em caso de inexistência de federação, a categoria será representada pela confederação respectiva. Em ambos os casos a substituição será deliberada em assembléia geral da categoria.

Diretriz 30 - Compete à administração pública adotar as providencias administrativas para efetivação do acordo, e, quando for o caso encaminhar a, no prazo máximo de 30 dias, proposta de normativo que discipline o acordado para a apreciação do Poder legislativo.

Diretriz 31: Uma vez assinado o acordo derivado da negociação coletiva e depositado no Ministério do Trabalho e Emprego, ele se torna irrevogável e irretratável pelas partes.

Diretriz 32: Os Sindicatos promoverão o depósito do acordo coletivo público, para fins de registro e publicidade, no Ministério do Trabalho e Emprego. Os acordos deverão conter obrigatoriamente:

I - Designação das partes

II - Prazo de vigência

III - Categorias de servidores abrangidas pelos respectivos dispositivos;

IV - Condições ajustadas para reger as relações individuais de trabalho durante sua vigência;

V - formas e prazos para encaminhamento pela administração pública de proposta de normativo que discipline o acordado para a apreciação do Poder legislativo.

Diretriz 33: Todo e qualquer teor, constante de acordo derivado de negociação coletiva, após sua assinatura e depósito de cópia no Ministério do Trabalho e Emprego, será considerado como ato discricionário do poder público.

IV - APLICAÇÃO DO DIRETO DE GREVE

Diretriz 34: O direito de greve é assegurado aos servidores públicos, competindo-lhes decidir livremente sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

Diretriz 35: Entende-se por greve a suspensão coletiva, temporária e pacífica total ou parcial da prestação de serviços ou atividades da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Diretriz 36: São assegurados aos grevistas o emprego de meios pacíficos tendentes a persuadir os servidores a aderirem à greve, a arrecadação de fundos de greve e a livre divulgação do movimento.

Diretriz 37: A participação do servidor em movimento grevista não poderá ser motivo para punição de nenhuma natureza.

Diretriz 38: A entidade ou entidades que convocarem a greve deverão notificar o órgão ou a instituição pertinente, com o prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas a partir da aprovação pela assembléia da deflagração da greve.

Diretriz 39: Durante o período de greve não haverá suspensão de salários e vencimentos, sendo que a reposição das atividades paralisadas será negociada no final do processo de greve.

Diretriz 40: Haverá a garantia, por parte dos grevistas, da manutenção de 30% (trinta por cento) dos serviços e atividades

considerados inadiáveis, destinados a garantir as necessidades da população. São necessidades inadiáveis da comunidade aquelas que, não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

Diretriz 41: Compete a Justiça do Trabalho julgar sobre a greve no âmbito da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Diretriz 42: Durante o período de greve a Administração Pública não poderá fazer qualquer contratação para substituir os grevistas, nem poderá delegar competência.

Diretriz 43: A greve somente poderá ser deflagrada após frustração do processo negocial.

V - DO CUSTEIO DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Diretriz 44: São receitas das entidades sindicais de servidores públicos:

I – a mensalidade de filiação sindical - é o valor devido em favor das entidades sindicais destinada ao custeio da organização sindical, a ser paga apenas pelos filiados;

II – a contribuição sindical - possui natureza tributária e é recolhida compulsoriamente de todos os servidores públicos, independentemente do seu regime de trabalho, sempre no mês de março de cada ano;

III - a contribuição assistencial – é o valor devido por todos os servidores públicos representados na negociação coletiva;

IV – os frutos dos rendimentos de seu patrimônio;

V – as doações e legados, quando aceitos na forma de seus estatutos;

VI – as multas, e outras rendas.

Diretriz 45. A mensalidade de filiação sindical não comporá margem consignada.

Diretriz 46: É prerrogativa dos sindicatos de servidores públicos, quando autorizados por seus filiados, requisitar por escrito ao órgão pagador o desconto da mensalidade de filiação sindical, e outros serviços prestados pelos sindicatos, em folha de pagamento.

Diretriz 47: O Órgão ou Instituição Pública deve informar à entidade sindical os nomes dos servidores e o valor da mensalidade de filiação repassada em favor da entidade sindical.

V – Seguridade Social (*Previdência, Aposentados, Saúde do Trabalhador*)

Esta nossa posição é fruto do Seminário Nacional que a CTB realizou, 2011, com o título “Seminário de Seguridade Social para um Projeto de Desenvolvimento com a Valorização do Trabalho”,

Reafirmamos que a Seguridade Social no Brasil é assegurada pela Constituição federal de 1988. O Artigo 6º da Carta Magna instituiu o título dos direitos sociais do cidadão a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a previdência social e a assistência social. A

Constituição afirma ainda que a Seguridade Social é um conjunto de ações integradas das áreas da saúde, da previdência social e da assistência social. A Seguridade Social é formada assim nesse tripé de sustentação como uma importante política pública brasileira que se propõe universal na cobertura e atendimento para aqueles que dela necessitam.

Com 23 anos de existência a constituição de 1988 avança no conceito de Seguridade Social, a partir de premissas de proteção social. Desde sua promulgação até os dias de hoje a realidade da Seguridade Social brasileira é muito dinâmica. Contém avanços e perduram ainda várias limitações. Os avanços estão na ordem das conquistas sociais, da cobertura social, do pagamento de benefícios não contributivos entre outros. Já as limitações são de ordem de financiamento, da gestão, dos serviços terceirizados entre outros.

Assim, fruto deste seminário, ousamos propor as seguintes resoluções para a área da Seguridade Social da federação;

- Reafirmar os preceitos constitucionais como estruturantes para um Projeto de Desenvolvimento com Valorização do Trabalho;
- Consolidar o sistema de Seguridade Social brasileiro, inclusivo e estável, segundo os preceitos da Constituição Federal de 1988, assegurando a concretização dos seus princípios e fontes estáveis de financiamento, através de políticas públicas;
- Criar os Conselhos Estaduais, Municipais e Nacional de Seguridade Social, como instrumento institucional de controle social e promoção da seguridade social, de caráter quadripartite (governo, trabalhadores, empresários, aposentados) como espaço permanente de avaliação, pesquisa, elaboração de estudos, formulação de proposta e acompanhamento das políticas de seguridade social (saúde, previdência social e assistência social).
- Realização do III Encontro Nacional de Seguridade Social com as três esferas de poder e governo que discuta e delibere por

soluções que garantam e preservem os princípios constitucionais;

- Implementar ações de intersetorialidade do tripé da Seguridade Social, constituindo redes regionais para consolidar as informações entre as políticas sociais;
- Garantir que o orçamento da Seguridade Social seja utilizado somente para o financiamento da Seguridade Social;
- Desmistificar o discurso do déficit da Seguridade Social;
- Campanha Nacional de conscientização da sociedade brasileira sobre a importância da Seguridade Social;
- Garantir a participação do controle social na formulação, no planejamento, no acompanhamento, fiscalização e na avaliação das políticas, contribuindo para o fortalecimento do exercício da cidadania pela sociedade na Seguridade Social;
- Reorganizar a política tributária brasileira com vistas promover o crescimento e a distribuição de renda;
- Realização de Seminário nos Estados sobre Seguridade Social e um Seminário Nacional de Seguridade Social para conclusão do projeto Nacional de seguridade da fasubra Sindical, tendo como eixo a recuperação dos direitos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras subtraídos na era FHC, Lula e Dilma;
- Lutar contra a implementação e implantação dos Fundos de Pensões no setor público;
- Lutar pela integralidade dos proventos na aposentadoria;
- Lutar pela paridade de proventos entre ativos e aposentados.

Mesas de Interesse:

I - Mulher Trabalhadora

A presença feminina no mundo do trabalho não data somente do processo de industrialização das sociedades, mas foi,

indubitavelmente, a partir da intensificação da separação da produção de bens e serviços das outras atividades e das transformações tecnológicas que o trabalho da mulher foi sendo empurrado para fora do âmbito doméstico. Este processo ocorreu de forma universal, à medida que as sociedades foram caminhando no sentido da intensificação da regulação capitalista do processo produtivo.

A participação da mulher no sistema produtivo é uma realidade inquestionável e crescente em todo o mundo. No Brasil, a participação das mulheres na força de trabalho vem se dando de forma expressiva nas últimas décadas do século XX e tem sido considerada como uma das principais transformações sócio-econômico-culturais do mundo moderno.

No entanto, a forma como o trabalho da mulher vem se incorporando ao mundo do trabalho tem colocado novas questões e novas práticas para os diferentes atores sociais que integram as relações sociais aí estabelecidas. Alguns indicadores sociais como salário, tipo de atividade desenvolvida por mulheres e o número de mulheres em cargos de chefia nos ajudam a melhor compreender a inserção e a representatividade específica da força de trabalho feminina brasileira.

A eleição da primeira mulher para o cargo mais alto da política brasileira representa um motivo de alegria e um aumento, significativo, de responsabilidade por parte dos movimentos sociais progressistas que lutaram para que este resultado histórico se concretizasse.

Os militantes classistas que assinam esta tese tem como principio fundamental a luta contra a desigualdade, o preconceito, o imperialismo e a favor de uma sociedade mais justa e igualitária.

Para os militantes da CTB que atuam na base da Fasubra a avaliação é que foi um marco a criação da Secretaria da Mulher

Trabalhadora no XX Confasubra, mas ainda a secretaria não sabe para que veio, nossa base, salvo algumas exceções, teve uma participação pífia, não demonstrando toda capacidade e disposição aguerrida que tem as trabalhadoras Técnica-administrativas em Educação da IES. Para se ter idéia, fizemos apenas um evento de grande porte e mesmo assim, a participação dos Técnico-administrativos do sexo masculino foi vetada. Avaliamos isto como ruim, pois, para nos o opressor é o homem e nos devemos trabalhar este tema conjuntamente, para isto, devemos aprofundar o tema em alguns eixos, como exemplo, que abaixo destacamos:

- A defesa do desenvolvimento com valorização do trabalho;
- Criação em todos os sindicatos da Base da Fasubra, coordenação, diretoria ou departamento que cuide exclusivamente de questões de mulheres;
- Em defesa da reforma agrária com titulação e crédito para a mulher;
- Manutenção e ampliação das políticas públicas que contribuam para romper com as desigualdades entre homens e mulheres;
- Licença maternidade de 180 dias obrigatória e não facultativa;
- Aplicação imediata da Lei Maria da Penha;
- Defesa do Programa Nacional de Direitos Humanos;
- Escolas e Creches Públicas de boa qualidade;
- Criar e ampliar as creches diretas, centro de educação infantil em período integral, assegurando atendimento universal para criança das trabalhadoras(es) dos setores público e privado. Considerar a creche como serviço essencial que tenha unidades que funcionem 24 horas durante todo o ano e nos finais de semana para mães e pais que trabalham ou estudem em horários diferenciados.

- Criar cursos profissionalizantes e/ou técnicos (inclusive de alta tecnologia) Buscando parcerias com, Universidades e outras organização da sociedades civil, adequando as exigências do mercado formal de trabalho para qualificação e requalificação profissional, observando cotas de inclusão para afro-descendentes no mercado de trabalho, incluindo núcleo e / ou programa de capacitação para mulheres em situação de vulnerabilidade social, bem como cuidando para que haja efetivo combate a informalidade no mercado de trabalho.
- Criação de mecanismos que promovam mais oportunidades para as mulheres nas profissões que culturalmente predominam o sexo masculino.
- Garantir a recuperação crescente do salário mínimo, único caminho para incluir a mulher no mercado de trabalho com igualdade salarial e de direitos. Para tanto, é indispensável que os governos Estaduais e Federais:
- Defendam a aprovação do PL da Igualdade - 6653/2009.
- Apoiar a ratificação das convenções, 156 e 158 da OIT e ratificação da convenção 189 e equiparação de direitos das trabalhadoras domesticas aos demais trabalhadores.

II - Raça (Ações Afirmativas no Mundo do Trabalho: pelo desenvolvimento com soberania, valorização do trabalho, eliminação do racismo e da discriminação no trabalho)

O XXI Confasubra, esta se realizando em um momento de consolidação das políticas públicas de promoção social para população negra. A política de valorização do salário mínimo, negociada entre o

governo brasileiro e os representantes dos trabalhadores, afetou diretamente mais de 40 milhões de brasileiros, favorecendo a distribuição de renda, diminuindo a desigualdade e impactando positivamente na qualidade de vida da população negra, sabemos que este salário não é o que a classe trabalhadora vanguardista e classista defende (defendemos o salário mínimo fruto de estudo pelo DIEESE), mas não podemos negar, que os avanços sociais e econômicos registrados nos principais institutos de pesquisas revelam que é possível articular crescimento econômico com desenvolvimento social.

Apesar dos avanços, as mazelas e as crises inerentes do capitalismo perturbam o povo brasileiro e do mundo principalmente em Africa, recrudescem a opressão sobre os trabalhadores e alimentam o racismo e a discriminação racial no mercado de trabalho. Sobre a população negra ainda é alto desemprego, incidem os mais baixos salários, a informalidade, extensas jornadas de trabalho, baixa qualificação, demissões, rotatividade da mão de obra e as discriminações. O racismo sobrevive de uma base material concreta, pois é uma ideologia política, cujo objetivo na atualidade é de dividir a classe trabalhadora em benefício da manutenção do poder econômico e político nas mãos da burguesia. Por isso é tarefa de todos trabalhadores o combate e a superação do racismo.

Em resposta a este ataque que a população afrodescendentes do Brasil, como tática de promoção da igualdade racial, defendemos que só será possível com o desenvolvimento economicamente a nação, democratizando-a e incluindo as populações marginalizadas. Valorizar o trabalho, incluir a temática racial na agenda do movimento sindical, exigir a presença do Estado na eliminação dos efeitos do racismo e combater a discriminação racial no mercado de trabalho.

A CTB propõem que o XXI Confasubra, para combater o racismo e promover socialmente a população racialmente discriminada, tem os

seguintes eixos, para serem aprofundado durante a Gestão na Direção Nacional da Fasubra e pelas direções dos sindicatos da base da Federação;

- Criação em todos os sindicatos da Base da Fasubra, coordenação, diretoria.departamento cuide exclusivamente de Raça, Etnia, xenofobia
- Crescimento econômico com inclusão e distribuição de renda;
- Valorização do trabalho decente, trabalho igual salário igual;
- O Estado como indutor do desenvolvimento social e combate ao racismo;
- Inclusão de ações afirmativas nos acordos coletivos.

VI – Juventude

Proposta da CTB para Juventude é fruto do 1º Encontro Nacional de Jovens Trabalhadores da CTB foi realizado 2009

A importância da juventude para o movimento sindical

Ampliar a atuação do movimento sindical entre os jovens brasileiros é fundamental para a luta geral dos trabalhadores por uma nova sociedade. Atuando sempre de forma enérgica e irreverente, os jovens de todo o mundo têm sido protagonistas de grandes transformações históricas. Por isso não podemos subestimar a importância da organização da juventude para o crescimento da das Centrais e da Fasubra Sindica.

Nos últimos tempos, as mudanças ocorridas no perfil do proletariado brasileiro atestam a importância da organização dos jovens trabalhadores. Tem sido cada vez mais forte a presença da juventude em vários setores da economia. Isso ocorre apesar de aproximadamente metade do estoque de desempregados do país ser composto de jovens que, nessa condição, funcionam como “exército

de reserva” dos patrões. Toda essa massa juvenil precisa estar organizada e consciente dos seus interesses de classe.

Os jovens trabalhadores estão entre os segmentos que mais sentem a exploração capitalista. Sob o pretexto da “falta de experiência”, a grande maioria dos jovens, quando encontra emprego, recebe baixos salários e é submetida a jornadas acima da média e a condições precárias de trabalho. Essa situação coloca na ordem do dia – não apenas como reivindicação da juventude, mas do conjunto dos trabalhadores – as lutas por melhores remunerações, pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários, contra a informalidade e pelo direito ao trabalho e à educação e contra a demissão imotivada(ai mais um motivo de defendermos a ratificação da convenção 158 da OIT).

Em função de diversos fatores, a participação da juventude no movimento sindical ainda está longe de ser a ideal, principalmente se considerarmos a enorme quantidade de jovens participantes da População Economicamente Ativa (PEA) e o papel estratégico desempenhado por esse segmento nos momentos de ascensão da luta dos trabalhadores e nas rupturas políticas.

Atuar entre os jovens trabalhadores significa na prática fortalecer a organização por local de trabalho e a luta contra a exploração e a dominação capitalista. Além disso, uma juventude atuante, com sua característica básica de ousadia e inovação, pode servir de mola propulsora para importantes transformações na organização sindical. Também não podemos desconsiderar que a juventude representa um importante vetor da disputa pela hegemonia das idéias avançadas no movimento sindical brasileiro. É imprescindível forjar nas futuras lideranças uma consciência política avançada e classista.

Os jovens brasileiros e o trabalho

A fase da vida denominada "juventude" é uma construção sócio-cultural que tem origem nas sociedades modernas. Principal parâmetro balizador das políticas de juventude, a delimitação etária é em si insuficiente para traduzir o que é "ser jovem", sendo necessário levar em conta vários fatores como classe social, gênero, cor, cultura e hábitos, dentre outros aspectos.

Na década de 1990, a grande ofensiva do projeto neoliberal em todo o mundo gerou um enorme exército de desempregados e de pessoas sem perspectivas de trabalho e de vida. Essa ofensiva do grande capital trouxe conseqüências para pessoas de todas as faixas etárias. Porém, foram os jovens os que mais sofreram as perversas conseqüências desse processo, seja através da precarização das relações de trabalho e dos salários reduzidos, seja no plano ideológico, onde prevaleceu (e ainda prevalece) o individualismo, a competitividade e o consumismo.

Quando o assunto é emprego, os jovens são o segmento da sociedade com maior dificuldade de inserção. Para se ter uma idéia, todos os anos cerca de 1,5 milhão de jovens atinge a idade de ingresso no mercado de trabalho. A situação do jovem se torna ainda mais complicada no mercado de trabalho na medida em que as empresas exigem qualificação e experiência profissional. O jovem é obrigado a concorrer com um grande número de desempregados com certa experiência e qualificação. Não à toa, esse drama faz do emprego a principal preocupação dos jovens brasileiros.

São os jovens as maiores vítimas das "reestruturações" das empresas, principalmente quando são contratados com salários inferiores, em geral para as mesmas funções que outros trabalhadores desempenhavam ganhando salários mais elevados. Grande parte disso vem servindo como flexibilização "branca" dos direitos trabalhistas. Os falsos estágios com caráter de emprego, por

exemplo, representam formas de burlar a lei e empregar força de trabalho ainda mais explorada, muitas vezes qualificada, mas sem a maior parte dos direitos trabalhistas previstos na CLT.(lembrando que o governo esta implementando empresa publica , e já convivemos com as fundações que emprega pelo regime CLT, daí a necessidade de estamos em constante debate) Ainda por cima, boa parte desses “estágios” não possui o menor compromisso com a aprendizagem ou seja exploração.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho acarretaram fortes mudanças no perfil do proletariado brasileiro. As empresas hoje buscam trabalhadores mais “flexíveis”, e este conceito esta sendo defendido pelo Ministério do Planejamento deste a época do governo FHC, com maior grau de escolaridade e que aceitem condições de trabalho inferiores. Com isso ganha força a contratação de jovens. A força de trabalho juvenil carrega consigo uma maior facilidade de assimilação das novas tecnologias e dos novos mecanismos de gestão, e também uma maior vulnerabilidade em relação aos demais trabalhadores, dadas as altas taxas de desemprego juvenil. Quando os jovens conseguem emprego este geralmente é precário e de baixa remuneração, e as demissões de maneira imotivada inibem o jovem muitas vezes de reclamar e lutar contra a precarização e estimula os jovens que ingressaram nas IES, nestes últimos períodos, para lutas como podemos conferir nossa ultima mobilização e greve seja na IFES e IES

Também encontramos na juventude os maiores índices de desemprego, principalmente entre as jovens pobres e negras. A ampliação da trajetória educacional, a educação profissional, a valorização do trabalho e a criação de melhores postos de trabalho devem ser os principais focos de atuação do poder público, visando à mudança dessa realidade.

As dificuldades relacionadas à moradia, à alimentação e ao acesso a uma educação digna, bem como a necessidade de ajudar desde no sustento da família, entre outros fatores, muitas vezes tiram do jovem a possibilidade de ingressar no mercado de trabalho formal, de se qualificar adequadamente e, por conseguinte, de ocupar postos de trabalho que necessitam de formação profissional. Dessa forma, o jovem trabalhador acaba sendo impelido a abdicar de seus estudos para ingressar no mercado de trabalho em atividades informais e mal-remuneradas, que em geral não requerem muita qualificação. Completa-se assim o círculo vicioso que afastará esse trabalhador de um trabalho bem-remunerado e de proporcionar a seus filhos condições melhores de formação educacional e profissional. Essa realidade requer a implementação de políticas públicas que possibilitem a permanência dos jovens (em especial os de baixa renda) nos estudos.

Os jovens e o movimento sindical

É urgente a organização e o fortalecimento do movimento sindical com a participação da juventude. A incorporação desse segmento pode contribuir para fortalecer e oxigenar a estrutura sindical através de novas adesões, práticas e pelo ímpeto transformador da juventude brasileira, portadora de longa e frutífera trajetória de lutas.

Diante do fantasma do desemprego e da grande ofensiva ideológica do capital, os jovens são pressionados a calar sua rebeldia. O individualismo é, o tempo todo, enaltecido pelos defensores do capital, seja pelos meios de comunicação, seja através dos treinamentos e seleções oferecidos pelas empresas antes de os jovens começarem a trabalhar. A insegurança gerada na juventude

pela falta de emprego tem reflexos diretos no movimento sindical, dificultando a participação e a renovação nos sindicatos.

A Juventude na Federação

A organização desse setor merece um planejamento sério. Trata-se de pensar um trabalho em curto, médio e longo prazos. Para isso, os sindicatos filiados à Fasubra devem abrir espaços de participação juvenil, realizar campanhas de sindicalização direcionadas a esse público, promover atividades que aglutinem os jovens trabalhadores. É necessário que os planos de organização nos sindicatos de bases que contemplem essa questão entre seus objetivos prioritários. Esses planos devem ser executados de forma sistemática, com avaliação e acompanhamento constante.

A construção setor na federação entre os jovens trabalhadores não é um trabalho fácil ou de medida simples e exata. É preciso implementar ações de forma criativa para reunir os jovens trabalhadores.

Também é necessário promover ações que tenham a cara da juventude dos dias de hoje, como campeonatos de grafite, assembléias com novo formato, festivais culturais e de música, entre outras atividades políticas, de formação, culturais, esportivas e de lazer que traduzam formas inovadoras de abordar e envolver os jovens trabalhadores.

Também é tarefa da Fasubra sindical estimular uma maior aglutinação dos diversos seguimentos da base, de modo a buscar nos demais jovens da sociedade mais representatividade para as reivindicações do movimento sindical. A escola e o bairro são espaços que concentram muitos jovens trabalhadores e nossas iniciativas devem articular os movimentos estudantis, comunitários, culturais e esportivos à ação sindical.

Tendo em vista esses objetivos, propomos:

- Respeito à cultura, à linguagem e à visão da juventude em todas as sindicatos da base da Fasubra;
- Realização de debates com os sindicatos quanto à necessidade de inclusão nas pautas das negociações coletivas das questões específicas do segmento juvenil de trabalhadores;
- Estímulo à participação dos jovens nas instâncias e direções sindicais, com o objetivo de impulsionar a presença da juventude nas lutas e mobilizações.
- Realização de campanhas de sindicalização de jovens;
- Trabalho permanente de formação sindical, com métodos, linguagem e abordagens específicas para a juventude;
- O movimento sindical deve assegurar em seus fóruns creches que permitam a participação das mães e Pais nos fóruns da Federação
- Realização de mapeamento para identificar nas categorias a presença jovem trabalhador. Incentivo os sindicatos para que realizem pesquisas e diagnósticos visando a compreender quem é o jovem trabalhador, quais as suas demandas e especificidades, com o intuito de orientar a formulação de políticas, ações, métodos e bandeiras específicas.
- Participação na Comissão de Jovens da CCSCS (Coordenação de Centrais Sindicais do Cone Sul), fórum que reúne representantes de jovens de todos os países do Mercosul, em todos Fóruns que a Fasubra atua Ex. CEA, Contua etc...;